

Tecendo redes participativas a partir de uma pesquisa-ação com Povos Indígenas e Quilombolas no Ceará: Relato de experiência do processo de investigação social¹

Antonio Carlos da Silva²

James Ferreira Moura Junior³

RESUMO

As dinâmicas metodológicas empregadas pelas Ciências Sociais trazem consigo especificidades próprias, e o contexto da Sociologia, dispõe de múltiplas possibilidades de atuação e de realização de investigações sociais. Contudo, a matriz eurocêntrica ainda segue sendo disseminada predominante nos cursos de graduação e pós-graduação da área, bem como em seus referenciais teóricos. Deste modo, o presente trabalho visa realizar um relato de experiência acerca das principais contribuições da utilização das metodologias de pesquisa-ação participante, bem como retratar o contexto da condução da pesquisa “Detecção de agravos e fatores de proteção em saúde mental de populações indígenas e quilombolas do Ceará”. Para tanto, utiliza-se uma descrição das fases da condução da pesquisa e seus respectivos desdobramentos em correlação ao diálogo teórico sobre os caminhos metodológicos percorridos. A partir das reflexões realizadas, pode-se constatar que a pesquisa-ação participante propicia um aprimoramento do método sociológico, permitindo assim alcançar formas inovadoras de se fazer pesquisa. Conclui-se que, essas abordagens ampliam o horizonte de perspectivas da Sociologia ao se (re)pensar uma nova práxis para a realização de investigações sociais.

Palavras-chave: Povos Indígenas e Quilombolas. Metodologia da Pesquisa Sociológica. Pesquisa-ação participante. Produção de sentidos.

RESUMEN

Las dinámicas metodológicas empleadas por las Ciencias Sociales traen consigo sus propias especificidades, y el contexto de la Sociología ofrece múltiples posibilidades para actuar y realizar investigaciones sociales. Sin embargo, la matriz eurocéntrica aún se sigue difundiendo, predominantemente en los cursos de grado y posgrado del área, así como en sus referentes teóricos. Así, el presente trabajo tiene como objetivo realizar un relato de experiencia sobre los principales aportes del uso de metodologías de investigación acción participativa, así como retratar el contexto de realización de la investigación “Detección de lesiones y factores protectores en salud mental de poblaciones indígenas y quilombolas de Ceará”. Para ello, se utiliza una descripción de las fases de

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) submetido e aprovado em 04 de julho de 2023.

² Especialista em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Bacharel em Humanidades e discente do curso de Licenciatura Plena em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), *campus* Ceará. E-mail: antoniocarlos@aluno.unilab.edu.br.

³ Orientador. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), *campus* Ceará, e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br.

conducción de la investigación y sus respectivos desarrollos en correlación con el diálogo teórico sobre los caminos metodológicos recorridos. De las reflexiones realizadas, se puede apreciar que la investigación acción participativa aporta una mejora del método sociológico, permitiendo así lograr formas innovadoras de hacer investigación. Se concluye que estos enfoques amplían el horizonte de las perspectivas de la Sociología al (re)pensar una nueva praxis para realizar investigaciones sociales.

Palabras clave: Pueblos Indígenas y Quilombolas; Metodología de la Investigación Sociológica; investigación de acción participante; Producción de sentidos.

ABSTRACT

The methodological dynamics employed by the Social Sciences bring with them their own specificities, and the context of Sociology offers multiple possibilities for acting and carrying out social investigations. However, the Eurocentric matrix is still being disseminated, predominantly in undergraduate and graduate courses in the area, as well as in its theoretical references. Thus, the present work aims to carry out an experience report about the main contributions of the use of participatory action research methodologies, as well as to portray the context of conducting the research “Detection of injuries and protective factors in mental health of indigenous populations and quilombolas of Ceará”. For this purpose, a description of the phases of conducting the research and their respective developments is used in correlation with the theoretical dialogue on the methodological paths taken. From the reflections carried out, it can be seen that participatory action research provides an improvement of the sociological method, thus allowing to achieve innovative ways of doing research. It is concluded that these approaches broaden the horizon of Sociology perspectives when (re)thinking a new praxis for carrying out social investigations.

Keywords: Indigenous Peoples and Quilombolas. Sociological Research Methodology. Research participant action. Production of senses.

1. Introdução

A concepção da Sociologia desenrola-se em um cenário de atravessamentos e transformações radicais nas estruturas sociais, culturais e econômicas da sociedade. A partir dessas mudanças, situa-se o delineamento dos campos de estudo e atuação da Sociologia e das Ciências Sociais, nesse ínterim de dinâmicas coletivas é concebido um método próprio para análise do conjunto de fenômenos sociais que se diferem das metodologias de outras disciplinas científicas, bem como seu objeto de investigação (DURKHEIM, 2020).

Nesse contexto, cabe ressaltar que a produção de conhecimentos não está inerte às questões sociais e políticas, dessa forma, o processo de neutralidade e objetivismo que outrora estava associado à Sociologia, se traduz em uma ilusão historicamente construída (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2008). Essa compreensão, ou, melhor, interpretação, dos fenômenos sociais e humanos não deve ser neutra e apenas objetiva (BERGER, 2018). A Sociologia e seus processos metodológicos devem renunciar à postura cientificista, e abrir margem para as subjetividades que viabilizam a existência de uma Sociologia artesã (MILLS, 1982), que reivindica uma nova postura metodológica

frente a neutralização dos sentimentos, paixões, preferências e crenças que constrói um olhar científico impregnado de vigilância e afastamento da realidade social (SIQUEIRA; FAVRETTA; SAADA, 2005).

A separação sujeito-objeto de pesquisa é uma das discussões centrais no campo da epistemologia e metodologia científica (VIEIRA; QUADROS, 2015). Refere-se à questão da relação entre o pesquisador e o processo de objetificação e desumanização de sujeitos, herança de perspectivas hegemônicas de pesquisa, que desconsideram as subjetividades, perspectivas e experiências das pessoas participantes em investigações sociais (RIBEIRO, 2019). Essa separação tem implicações importantes para a prática científica, uma vez que exige uma reflexão cuidadosa sobre a posição epistemológica das pesquisas em relação à objetificação de sujeitos.

Não obstante, cabe refletir sobre as relações de poder e a importância de reconhecer a subjetividade de cada indivíduo (RIBEIRO, 2019), sendo imprescindível apoiar as vozes e perspectivas dos grupos socialmente marginalizados para transformar questões sociais e políticas, mudando assim os valores e pressupostos que orientam as pesquisas sociais. Nesse sentido, traduz-se em uma relação dialética, em que ambos se influenciam mutuamente, isso implica em reconhecê-los enquanto agentes críticos e ativos na construção dos conhecimentos científicos.

A neutralidade científica é um ideal que tem em vista minimizar a influência de valores pessoais e preconceitos na produção de conhecimento científico. No entanto, é importante reconhecer que os cientistas são seres humanos e, portanto, estão sujeitos a vieses e influências externas que podem afetar sua pesquisa. Além disso, a escolha dos temas de pesquisa e como os dados são interpretados também podem ser influenciados por fatores culturais e políticos (BERGER, 2018). De acordo com Charles W. Mills (1982), a Sociologia artesã é uma abordagem que enfatiza a importância da observação direta e da experiência pessoal na pesquisa sociológica, valorizando a perspectiva do pesquisador como um participante ativo e engajado na sociedade que está sendo estudada.

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2008) argumentam que o ofício do sociólogo envolve a aplicação de métodos científicos para estudar a sociedade e suas instituições, eles defendem que o sociólogo deve ter o poder de produzir conhecimento sociológico rigoroso e crítico, capaz de analisar as estruturas sociais e as relações de poder que as sustentam. Além disso, Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2008) destacam a importância da reflexividade na prática sociológica, eles argumentam que o sociólogo deve estar ciente de seus próprios pressupostos, valores e interesses, bem como das limitações e possibilidades de seus métodos de pesquisa.

Dessa forma, o sociólogo pode produzir conhecimentos sociológicos mais resolutos e relevantes para a compreensão da sociedade e suas relações sociais. Também destaca-se a importância

da responsabilidade social do sociólogo, quanto a produção de sentidos a partir do conhecimento sociológico e seu dever de utilizá-lo para promover mudanças sociais, desafiando as estruturas de poder injustas, promovendo a equidade e a justiça social. Caso isso não ocorra, as injustiças sociais criam um ambiente propício para violência, produzindo e reproduzindo violências simbólicas (BOURDIEU, 2011; BOURDIEU, 2010), quando a pesquisa é realizada de maneira hegemônica com métodos e/ou metodologias restritivas e discriminatórias. Isso também pode ocorrer quando a pesquisa é conduzida opressivamente, ignorando ou subestimando as perspectivas, vivências e experiências das pessoas que estão envolvidas.

As metodologias hegemônicas de pesquisa podem impor perspectivas dominantes que não consideram as experiências e perspectivas dos grupos socialmente marginalizados, levando-se a ausência de compreensão das dinâmicas sociais e a uma reprodução de estereótipos e preconceitos (CANO, 2012). Também podem não considerar as diferenças culturais e históricas entre os grupos sociais, o que pode gerar conflitos e processos de exclusão, violação dos direitos humanos, como pesquisas invasivas ou pesquisas que não consideram o consentimento informado dos participantes.

Dessa forma, é de suma importância que as metodologias de pesquisa considerem as diferenças culturais e históricas entre os grupos sociais envolvidos, sendo necessário o desenvolvimento de sensibilidade às perspectivas dos grupos socialmente marginalizados que experienciam violações de seus direitos fundamentais. É importante que a pesquisa seja realizada de forma ética e inclusiva, considerando as diversidades e perspectivas dos sujeitos envolvidos neste processo (CANO, 2012).

Para tanto, a pesquisa-ação surge como uma estratégia de realização de pesquisas sociais situadas, territorializadas e comprometidas com as pessoas e a transformação social. Os conceitos “Pesquisa-Ação” e “Pesquisa Participante” no qual este trabalho se embasa parte dos ideais do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda.

Ambas as formas investigativas criticam a metodologia da pesquisa hegemônica das ciências sociais, por sua neutralidade e objetividade, rejeitam a ideia de distanciamento entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Em vez disso, enfatizam a importância da participação ativa das pessoas junto aos processos de geração de conhecimento, concebido como um processo de educação coletiva (FALS BORDA, 1979; FALS BORDA, 1991). Além disso, ambos defendem o princípio ético de que a ciência não deve ser apropriada por grupos dominantes, mas sim socializada em termos de seu processo de produção e uso, implicando em um processo de investigação conjunta, com o intuito de minimizar as desigualdades sociais estruturais (econômicas, sociais, poder, saber, etc.) (HAGUETTE, 2005).

A pesquisa-ação participante é um tipo de pesquisa social que busca gerar conhecimento e solucionar problemas práticos em uma determinada comunidade ou organização. Ela envolve a colaboração entre pesquisadores e participantes, que trabalham juntos para identificar questões importantes e desenvolver estratégias para resolvê-las (FALS BORDA, 1979; FALS BORDA, 1991). Desse modo, é caracterizada por ser um processo interativo e reflexivo, no qual os resultados obtidos são usados para informar ações futuras e melhorar a prática. Além disso, tem como objetivo promover a mudança social e melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas no processo (BRANDÃO; STRECK, 2021).

Deste modo, o presente trabalho tem o intuito de relatar acerca da utilização da metodologia de pesquisa-ação participante realizada a partir da pesquisa “Detecção de agravos e fatores de proteção em saúde mental de populações indígenas e quilombolas do Ceará”, conduzida pela Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas e Discriminações e Resistências (reaPODERE), com financiamento da Chamada Pública 02/2020 do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS): gestão compartilhada em saúde, regido pela coordenação nacional do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (DECIT/SCTIE/MS), com gerenciamento administrativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na esfera estadual, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (FUNCAP) operacionaliza em conjunto a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) o cofinanciamento do programa. A composição da equipe de pesquisa é interdisciplinar e conta com a participação de estudantes de graduação, mestrado e doutorado que compõem grupos de pesquisas de duas instituições de ensino superior cearenses, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

A pesquisa foi constituída por três estudos integrados e complementares, com delineamento metodológico misto (PARANHOS *et al.*, 2016), utilizando-se de técnicas e ferramentas de caráter quantitativo e qualitativo. Dado a complexidade da temática e sujeitos implicados na investigação social, esse arranjo foi usado em função da necessidade de levantamento, análise e sistematização de informações acerca da situação de saúde mental.

Quanto aos dados secundários acerca da cobertura e acesso aos cuidados em saúde mental por populações indígenas e quilombolas no território estadual, estes encontram-se disponíveis em distintas fontes e bancos de dados públicos, apesar disso, são amplamente fragmentados e pouco conhecidos no meio acadêmico. Dessa forma, foi optado pela combinação de métodos e integração

das diferentes técnicas de pesquisa como: a coleta de dados secundários, a aplicação de questionários, a realização de rodas de conversa e a condução de entrevistas semiestruturadas.

Dado o contexto pandêmico, o início das atividades da pesquisa voltou-se para estratégias de coleta de dados que não comprometem o desenvolvimento da investigação, como a limitação da entrada em territórios indígenas quilombolas e respeito aos protocolos sanitários vigentes na época. Nesse sentido, dois dos três estudos propostos foram focados na busca e análise de dados secundários e documentais. A partir do terceiro estudo, foi prevista a produção de sentidos a partir dos territórios indígenas e quilombolas, etapa essa realizada entre junho de 2022 e fevereiro de 2023, período em que houve condições de segurança sanitária para realizar a coleta de dados presencialmente, de maneira a fornecer informações relevantes, detalhadas e situadas acerca dessa realidade social.

Este trabalho se estrutura em duas partes, a primeira parte traz a caracterização da pesquisa-ação participante e suas possibilidades de utilização enquanto ferramenta de transformação social; na segunda parte, abordamos as tessituras entre as investigações sociais e a produção de sentidos a partir de buscas de informações nas políticas públicas e suas possibilidades de articulação com a pesquisa-ação participante, bem como a descrição da criação de coalizões com lideranças indígenas e quilombolas, dando ênfase às potencialidades e afetividades desse processo; por fim, nas considerações finais, é tratado sobre a importância de repensar a justiça social no contexto da pesquisa acadêmica e difundir outras maneiras éticas e responsáveis de se fazer pesquisa.

2. A pesquisa-ação participante, suas características e aplicabilidades

2.1. Características dos tipos de pesquisa-ação

Sob os pressupostos de Haguette (2005), existem quatro tipos de pesquisa-ação, sendo elas: a pesquisa-ação diagnóstica, a pesquisa-ação participante, a pesquisa-ação empírica e a pesquisa-ação experimental. No que se refere a *pesquisa-ação diagnóstica*, é característico a identificação de problemas ou desafios em uma determinada situação, a partir da participação ativa dos sujeitos envolvidos. Nesse tipo, os participantes são convidados a refletir sobre a situação em questão, identificar problemas e propor soluções. Consistindo em uma abordagem bastante utilizada em contextos educacionais e sociais, pode ser uma importante ferramenta para promover mudanças e melhorias em diferentes áreas.

Quanto à *pesquisa-ação participante*, se observa o envolvimento ativo dos sujeitos investigados na elaboração e implementação de soluções para um determinado problema ou desafio. Nesse tipo de pesquisa, os participantes são convidados a colaborar ativamente com os pesquisadores em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a definição do problema até a implementação das soluções propostas. Ela traz uma abordagem bastante utilizada em contextos sociais e comunitários,

e pode ser uma importante ferramenta para promover mudanças e melhorias em diferentes áreas, o que facilita uma maior compreensão do problema investigado e uma maior probabilidade de sucesso na implementação das soluções propostas.

No contexto da *pesquisa-ação empírica*, os participantes são convidados a colaborar ativamente com o pesquisador na identificação e análise do problema em questão, bem como na proposição e implementação de soluções, sendo uma abordagem bastante utilizada em contextos organizacionais e de gestão.

Já na *pesquisa-ação experimental*, os participantes são divididos em grupos de controle e de intervenção, e as soluções propostas são implementadas apenas no grupo de intervenção, sendo uma abordagem bastante utilizada em contextos de saúde e educação, e pode ser uma importante ferramenta para avaliar a eficácia de intervenções. A sua principal característica, é a ênfase na coleta de dados empíricos para avaliar a eficácia das soluções propostas, proporcionando uma maior precisão na avaliação dos resultados e uma maior confiança na implementação das soluções propostas. A seguir, na tabela 1 visualiza-se algumas especificidades de cada tipo de pesquisa-ação.

Tabela 1. Características dos tipos de pesquisa-ação.

Tipos	Características
Pesquisa-ação diagnóstica	<ul style="list-style-type: none"> - Principal objetivo identificar problemas específicos em um determinado contexto, seja ele social, educacional, empresarial, etc.; - Elaboração de planos de ação solicitados antecipadamente; - Estabelece diagnóstico para sanar os problemas.
Pesquisa-ação participante	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivo principal é promover a participação ativa da comunidade no processo de pesquisa; - Os participantes estão juntos no processo de pesquisa desde a identificação dos problemas, durante o percurso da pesquisa até a implementação das soluções propostas.
Pesquisa-ação empírica	<ul style="list-style-type: none"> - Acumula dados de experiências de trabalho em grupos sociais semelhantes; - Objetiva desenvolver soluções práticas para os problemas identificados;
Pesquisa-ação experimental	<ul style="list-style-type: none"> - As variáveis são controladas para análise dos resultados das intervenções; - Avaliação com precisão a eficácia das intervenções propostas; - Este tipo se aproxima mais da perspectiva científica hegemônica.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Haguette (2005).

2. 2. A aplicabilidade da pesquisa-ação participante como ferramenta de transformação social

Ao realizar esta crítica às metodologias de pesquisa convencionais das Ciências Sociais, busca-se descolonizar as investigações sociais, ao (re)pensá-las conjuntamente com povos indígenas e quilombolas a partir de um processo que visa questionar e transformar essas abordagens hegemônicas de pesquisa, que muitas vezes são baseadas em perspectivas eurocêntricas e colonialistas. Esse processo reconhece a importância de valorizar e respeitar os conhecimentos e práticas dos povos indígenas e quilombolas, bem como suas formas de organização social e cultural (PAVEZI, 2014).

Deste modo, é necessário estabelecer relações de respeito e diálogo com as comunidades e territórios envolvidos, permitindo que elas possam participar ativamente do processo de pesquisa, desde a definição dos objetivos até a divulgação dos resultados. No que concerne Pavezi (2014), é extremamente importante considerar as formas de conhecimento e as perspectivas culturais dos povos indígenas e quilombolas, ao escolher as metodologias e técnicas de pesquisa, bem como garantir que os resultados sejam divulgados de forma acessível e relevante para as comunidades envolvidas.

Descolonizar metodologias de pesquisa com povos indígenas e quilombolas é uma forma de promover a justiça epistêmica e contribuir para uma produção de conhecimento mais plural e diversa. O uso do saber produzido pela pesquisa-ação participante pode ser muito útil em diversas áreas, como na educação, saúde, meio ambiente, entre outras. Ao aplicar o conhecimento produzido pela pesquisa-ação em ações práticas, busca-se desenvolver soluções mais eficazes e eficientes para os problemas enfrentados. Além disso, a pesquisa-ação pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e adaptadas às reais necessidades dessas populações (FALS BORDA, 1979; FALS BORDA, 1991).

De igual modo, também pode ajudar a promover a participação ativa da comunidade na solução dos problemas, uma vez que ela é envolvida no processo de pesquisa e na implementação das ações práticas. Isso pode levar a uma maior conscientização e engajamento da população em relação aos problemas enfrentados e às soluções propostas. O contexto da pesquisa e o entrelaçamento nas ações individuais e coletivas dos sujeitos, no que diz respeito a valorização dos sentidos e a aproximação oportunizada pelo interacionismo simbólico (BECKER, 1993), com a dimensão subjetiva da realidade social em questão, favorece a troca de experiências, saberes e valoriza a perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa, reconhecendo-os como importantes agentes na construção do conhecimento e na transformação social.

Indo ao encontro dessa perspectiva crítica das metodologias de pesquisa hegemônica das Ciências Sociais, a Sociologia militante surge enquanto uma linha do pensamento social brasileiro

que se caracteriza pelo compromisso com a transformação social e a luta contra a desigualdade e a opressão. Essa tradição tem suas raízes na década de 1950, quando intelectuais brasileiros começaram a se engajar politicamente e a usar a sociologia como uma ferramenta para a transformação social, buscando entender as causas das desigualdades e opressões que afetam a população (CAMACHO, 2008).

Entre os principais temas abordados pela sociologia militante brasileira estão a desigualdade social, o racismo, a exclusão social, a violência, a pobreza, a questão agrária, entre outros. Alguns dos principais autores da Sociologia Militante brasileira, são eles: Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Paulo Freire, Antonio Candido, entre outros. Esses autores têm em comum o compromisso com a justiça social e a igualdade, e suas obras refletem esse compromisso (CAMACHO, 2008).

Florestan Fernandes (1997) argumenta que a sociologia no Brasil tem sido marcada por uma tendência conservadora e elitista, que se preocupa mais em reproduzir a ordem social existente do que em questioná-la e transformá-la. Segundo o autor, essa tendência se deve em parte à influência da sociologia europeia, importada para o Brasil sem considerar as especificidades da realidade brasileira. Para Fernandes (1997), a sociologia deve ser crítica e militante, ou seja, deve ter um compromisso com a transformação social e a luta contra a desigualdade e a opressão. Ele argumenta que a sociologia crítica e militante deve partir da análise da realidade social brasileira, considerando as especificidades do país e buscando entender as causas das desigualdades e opressões que afetam a população.

O autor também defende a importância da educação como forma de transformação social, citando a obra de Paulo Freire como exemplo de uma pedagogia crítica e libertadora. Ele argumenta que a sociologia crítica e militante deve estar comprometida com a formação de uma consciência crítica e emancipatória, capaz de questionar as estruturas de poder existentes e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Apresentando assim, uma crítica direta à sociologia conservadora e elitista no Brasil e defende a necessidade de uma sociologia crítica e militante, comprometida com a transformação social e a luta contra a desigualdade e a opressão.

Já Guerreiro Ramos (1995) argumenta que a sociologia no Brasil tem sido marcada por uma tendência conservadora e elitista, que se preocupa mais em reproduzir a ordem social existente do que em questioná-la e transformá-la. O sociólogo defende a necessidade de uma sociologia crítica e comprometida com a realidade social brasileira, que considere as especificidades do país e busque entender as causas das desigualdades e opressões que afetam a população. Ele argumenta que a sociologia deve ser uma ciência social crítica, que questione as estruturas de poder existentes e lute por uma sociedade mais justa e igualitária.

Guerreiro Ramos (1995) também discute a relação entre a sociologia e a política no Brasil, argumentando que a sociologia deve estar comprometida com a construção de uma democracia participativa e com a luta contra o autoritarismo e a exclusão social. Ele critica a “neutralidade” da sociologia, argumentando que essa postura é impossível diante das desigualdades sociais existentes no país.

Paulo Freire (2019) aborda a importância da conscientização e da participação política das pessoas na transformação da sociedade. Algumas das principais pautas defendidas por ele incluem, a educação popular enquanto um processo participativo, crítico e libertador, que permitisse às pessoas compreenderem sua realidade social e histórica e atuarem de forma consciente e transformadora.

Para Freire (2019), é essencial a luta contra a opressão, dando destaque para as lutas contra o racismo, o machismo e a desigualdade social. Desse modo, a participação popular se faz fundamental para a construção de uma democracia participativa e efetiva, sendo de suma importância a organização popular e a participação ativa das pessoas na tomada de decisões políticas, para alicerçar o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. Tessituras entre investigações sociais e a produção de sentidos

3. 1. Buscas de informações nas políticas públicas e suas possibilidades de articulação com a pesquisa-ação participante

As atividades da pesquisa iniciaram remotamente respeitando os protocolos sanitários vigentes à época, dado o contexto pandêmico. Dessa forma, entre agosto e dezembro de 2021, foram realizadas reuniões via plataforma de videoconferências, para alinhamentos técnicos, planejamento estratégico e atribuições de funções entre a equipe de pesquisa. Para prosseguir com as atividades, foram construídos dois bancos de dados com o auxílio da ferramenta *Microsoft Excel*, com todas as informações necessárias para a caracterização sociodemográfica dos municípios cearenses, visando identificar os territórios municipais com populações indígenas e quilombolas.

Dentre as informações, estavam a estimativa populacional e a região de saúde que compõem, visando realizar uma análise comparativa entre municípios que abrangem essas populações e os municípios que não. Eles continham dados entre janeiro de 2008 a dezembro de 2018 e a equipe atualizou para dados entre janeiro de 2019 a dezembro de 2020, a partir de mecanismos de busca para este fim, sendo que estes dados foram analisados a partir do *software* de dados quantitativos SPSS (*Statistical Package for Social Science*).

A captação dessas informações se deu por meio de Consulta aos sites do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), onde se buscou por região de saúde e

município, com recorte de sexo, raça/cor e faixa etária em relação aos seguintes indicadores: proporção e taxa de internação hospitalar por transtornos mentais e comportamentais; média de tempo de internação; morbidade hospitalar cap. V CID-10; número de óbitos, mortalidade proporcional e taxa de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais, uso de substâncias psicoativas e suicídio – séries históricas 2010-2020, em parceria com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Ceará.

Através dos dois bancos de dados, foram identificados o número e a distribuição espacial dos serviços e equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), respectivamente Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) nos municípios cearenses com e sem a presença de populações indígenas e quilombolas. De igual forma, foi analisado a cobertura e acessibilidade geográfica e sócio-organizacional em saúde mental de populações indígenas e quilombolas, observando as desigualdades por região, sexo, raça/etnia, faixa etária, nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas.

Por conseguinte, foi produzido um protocolo padrão de mensagem para o contato com secretários de assistência social, educação, saúde, dentre outros setores, das respectivas cidades que possuem essas populações, para apresentação da pesquisa e realizar aproximação com o intuito de colaborar em ações conjuntas. Também houve participação de representantes da pesquisa com pauta na reunião presencial, em 20 outubro de 2021, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) e também a apresentação no Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará (DSEI). Nesta ocasião foi realizada a apresentação da pesquisa e escuta das demandas e reivindicações advindas do Conselho para alinhamento da pesquisa com as demandas do movimento.

Ademais, foi realizado o envio de *e-mails* e ligações telefônicas para as coordenadorias das 22 Áreas Descentralizadas de Saúde (ADS) do Ceará, para cooperação e apresentação futura dos resultados preliminares obtidos pela coleta de dados secundários. Posteriormente, foi discutido sobre os instrumentos de coleta/produção de dados/sentidos. A equipe direcionou encaminhamentos para o aprimoramento dos instrumentos, que inicialmente, foram os seguintes: *Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT-C)*, *Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)* e o *Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (ASSIST)*.

Dessa forma, a primeira versão foi enviada para os movimentos, lideranças e associações comunitárias dos territórios para a contribuição no processo de tomada de decisão, no sentido de aprimoramento, com a real demanda das populações indígenas e quilombolas, após isso, foi reavaliado e reestruturado os questionários específicos, para cada população, com a finalidade de investigar através do questionário a incidência de transtornos mentais comuns (TMC) e os padrões

de uso de álcool e outras drogas e seu impacto no contexto da saúde mental. Em seguida, foi desenvolvido dois questionários e aplicados junto aos gestores e aos profissionais da saúde que estão em conexão direta com as populações, com apoio das 22 ADS. Onde apresenta questões relevantes para entender as políticas públicas e sua aplicação na área de atenção à saúde mental, bem como sobre o funcionamento da RAPS.

A partir de reuniões remotas também houve a apresentação desses resultados preliminares da pesquisa junto às coordenações das 22 Áreas Descentralizadas de Saúde (ADS) do Ceará, a saber: Acaraú, Aracati, Baturité, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Icó, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Russas, Sobral, Tauá e Tianguá.

Os resultados dos dados do primeiro estudo foram utilizados nas análises com as políticas públicas e contribuíram como estratégia para o fomento de discussões e reflexões críticas nos territórios a partir das rodas de conversa. Por conseguinte, em 2022 esses dados foram sistematizados em formato de livro, com publicação sob título “Saúde mental indígena e quilombola: pesquisa detecção de agravos e fatores de proteção em saúde mental de populações indígenas e quilombolas do Ceará”. Este livro foi impresso e entregue a todas as lideranças indígenas e quilombolas, bem como aos políticos e órgãos públicos que formulam políticas públicas em âmbito estadual, ao apresentar dados alarmantes sobre a saúde mental dessas populações, tendo destaque para os índices de depressão, de ansiedade, de estresse, entre outros transtornos mentais. Apontando assim, para maiores índices entre populações indígenas e quilombolas, em comparação com a população em geral. Além disso, essas populações enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde mental, o que agrava ainda mais a situação (MOURA JUNIOR, 2022).

Para enfrentar esses desafios, é apresentado no livro uma série de ações desenvolvidas pelo estado do Ceará para promover a saúde mental dessas populações. Dentre essas ações, destaca-se a criação de estratégias de escuta ativa, bem como a capacitação de profissionais de saúde para atuar com essas populações e a realização de rodas de conversa acerca da saúde mental. De igual modo, ressalta-se a importância da promoção da igualdade racial e da valorização da cultura dessas populações para o cuidado em saúde mental. Sendo necessário garantir o acesso aos serviços de saúde mental respeitando as especificidades culturais e os saberes tradicionais dessas populações, bem como promover políticas públicas que garantam a inclusão social e a equidade racial (MOURA JUNIOR, 2022).

Logo após a atenuação das medidas sanitárias e realização do protocolo de vacinação contra a COVID-19, foi iniciado as atividades de campo e produção de sentidos a partir da coleta empírica

e visitas aos territórios, nestas visitas foram realizadas rodas de conversa sobre saúde mental com o intuito de fazer uma busca ativa e detecção precoce em saúde mental, como também momentos de escuta com psicólogas/os da equipe de pesquisa e a aplicação de questionários. Após análise inicial desses questionários e conforme sinalização psicométrica algumas pessoas foram novamente contatadas para a realização de entrevistas individuais.

Foi utilizado o *software* de análise qualitativa *atlas.ti* para realizar a categorização da produção de sentidos e dados qualitativos. Após isso, foram realizadas as transcrições e as revisões das rodas de conversa, entrevistas individuais com participantes que pontuaram mais de sete pontos na escala SRQ-20 e também com lideranças para a construir relatos voltados para a história de lutas e resistências das comunidades e seus territórios.

3. 2. A coalizção com lideranças indígenas e quilombolas: potencialidades e afetividades

Esse movimento de caminhada atravessando os quatro cantos do estado do Ceará, possibilitou uma imersão intensa e a criação de articulações que potencializaram as ações coletivas já existentes nos diversos territórios, contribuindo assim, para florescer novas dinâmicas colaborativas acerca da saúde mental com os povos e comunidades tradicionais. Para esse propósito, destaca-se a importância das coalizões com os povos originários para a tomada de decisão, sendo essa uma abordagem determinante para garantir a representação e participação concreta desses grupos em questões que afetam diretamente suas comunidades e territórios. Desse modo, reforça-se a importância de se fazer pesquisa nos territórios com as pessoas, tendo como sul, as demandas advindas de seus contextos e realidades, respeitando as particularidades e singularidades de cada território, comunidade e povo.

Essa abordagem incluiu a colaboração e a consulta com as lideranças e membros dos territórios nos processos de diálogo para decisões, bem como a inclusão de suas perspectivas, questões socioculturais e tradições direcionadas para as políticas públicas e para fundamentar as práticas de promoção da saúde, em sua integralidade, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e no Sistema Único de Saúde (SUS) cearense, considerando os conhecimentos ancestrais. Logo abaixo, na tabela 2, é possível visualizar a aglutinação de algumas ações que foram possíveis a partir da realização de coalizões com lideranças comunitárias indígenas.

Tabela 2. Coalizões com lideranças dos territórios indígenas para a realização de ações.

Território e município	Descrição da ação
------------------------	-------------------

Semana da resistência indígena Pitaguary (Pacatuba e Maracanaú)	Principal pauta a demarcação da terra indígena da nação pitaguary com o intuito de avançar na luta histórica pela reivindicação de direitos, com caminhada até a Mangueira dos Encantados.
Encontro com o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú (Itapipoca)	Encontro com finalidade de realizar construções coletivas de ações futuras da pesquisa-ação participante, a partir da perspectiva dos conhecimentos ancestrais indígenas de cuidado em saúde
Encontro com o povo Indígena Tremembé de Queimadas (Acarauá)	Encontro com finalidade de realizar construções coletivas de ações futuras da pesquisa-ação participante, a partir da perspectiva dos conhecimentos ancestrais quilombolas de cuidado em saúde
Assembleia Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ceará (Monsenhor Tabosa)	Unidade popular, indígenas e quilombolas, em um momento de integração de estratégias de luta e resistência contra a fome e pela soberania alimentar dos povos dos campos, cidades, do mar, das matas e dos sertões.
Encontro com o povo indígena Tapuya Kariri (São Benedito)	Realização de Roda de Conversa sobre saúde mental, territorializada e indígena nas práticas de cuidado em saúde.
Encontro com o povo indígena Karão Jaguaribaras (Canindé)	Encontro para realizar oficinas conjuntas para construção de relações de apoio para situações de sofrimento e saúde mental.
Encontro com o povo indígena Cariri (Crato)	Encontro para realizar oficinas conjuntas para construção de relações de apoio para situações de sofrimento e saúde mental.

Fonte: Elaborada pelos autores, 1 jun. 2023.

A seguir, na tabela 3, é possível visualizar a aglutinação de algumas ações que foram possíveis a partir da realização de coalizões com lideranças comunitárias quilombolas.

Tabela 3. Coalizões com lideranças dos territórios quilombolas para a realização de ações.

Território e município	Descrição da ação
Audiência pública sobre a situação do Quilombo Córrego de Ubaranas (Aracati)	Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para tratar acerca da violação judicial ocorrida no Quilombo Córrego de Ubaranas, que anulou o processo de reconhecimento como comunidade quilombola sem convocar a própria comunidade.
Encontro com a comunidade do Quilombo de Nazaré (Itapipoca)	Encontro com finalidade de realizar construções coletivas de ações futuras da pesquisa-ação participante, a partir da perspectiva dos conhecimentos ancestrais quilombolas de cuidado em saúde.
Encontro com a comunidade do Quilombo Córrego dos Ius (Acarauá)	Encontro para aquilombar os serviços de saúde mental a partir dos conhecimentos ancestrais.
Encontro com a comunidade do Quilombo Córrego de Ubaranas (Aracati)	Encontro para abordar sobre saúde, saúde mental, território e as violações ocorridas pela justiça brasileira.
Encontro com a comunidade do Quilombo do Cumbe (Aracati)	Encontro para abordar sobre saúde mental e racismo ambiental ocasionado pelas empresas eólicas que invadiram os seus territórios.
Encontro com a comunidade do Quilombo Sítio Carnaúba II (São Benedito)	Realização de Roda de Conversa sobre saúde mental, ancestralidade, música e cultura.

Encontro com a comunidade do Quilombo Alto Alegre (Horizonte)	Realização de Roda de Conversa sobre práticas ancestrais de criação de saúde mental.
Encontro com a comunidade do Quilombo Serra do Evaristo (Baturité)	Realização de Roda de Conversa sobre práticas ancestrais de criação de saúde mental.

Fonte: Elaborada pelos autores, 1 jun. 2023.

Em vista disso, ao se envolver de maneira significativa na conjuntura desta pesquisa-ação participante, é possível notar diversos aspectos favoráveis aos jovens pesquisadores, além de trazer benefícios para as comunidades envolvidas. Pode-se elencar alguns destes, tais como a oportunidade de trabalhar com pesquisadoras/es experientes e aprender com elas/es; a possibilidade de contribuir para o avanço do conhecimento na área da saúde mental e saúde coletiva, em específico com povos indígenas e quilombolas; o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, como coleta e análise de dados, redação científica e apresentação de resultados, em um contexto intercultural desafiador e a oportunidade de construir uma rede de atuação comunitária a partir da articulação das diferentes lideranças nos territórios.

De igual modo, a pesquisa de campo é uma experiência enriquecedora ao possibilitar conhecer novas culturas e lugares, ampliando a visão de mundo do/a pesquisador/a iniciante e o contato direto com as realidades sociais diversas. O que traz novas perspectivas e percepções que não seriam obtidas por meio de pesquisa bibliográfica ou experimental e a possibilidade de se envolver em projetos que tenham impacto social efetivo, contribuindo para a melhoria das condições de vida das pessoas e comunidades e para a defesa de seus direitos fundamentais.

Como também a possibilidade de aprender sobre as culturas, as histórias e os modos de vida dos povos originários e contribuir para a preservação da diversidade cultural. Assim como a dinâmica de trabalho em conjunto com os membros das comunidades, oportunizam vivenciar a partilha de conhecimentos e práticas tradicionais e a preservação desses saberes.

As conversas sobre saúde mental realizadas em territórios indígenas e quilombolas mostram o contexto de negligência no qual as políticas públicas não chegam nessas comunidades, levando os povos tradicionais a resistirem e a lutarem cotidianamente na defesa de seus direitos, especialmente o direito à saúde. O objetivo dessas conversas foi detectar a situação da saúde mental em municípios cearenses com presença de populações indígenas e quilombolas, segundo os termos das próprias comunidades.

Além disso, as conversas foram uma forma de cobrar a chegada das políticas públicas que deveriam estar chegando a esses ambientes, e também foram solicitadas pelas próprias comunidades

para a pesquisa. As rodas de conversas visaram entender como as comunidades lidam com a saúde mental e o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Elas foram guiadas por palavras geradoras (MORETTI, 2010), com base na metodologia empregada por Paulo Freire, sendo uma forma de contextualizar o aprendizado, tornando-o mais significativo para estabelecer conexões com a realidade social e gerar reflexões, as palavras utilizadas foram as seguintes: saúde, saúde mental e quilombo/aldeia.

Durante as conversas, as reflexões foram direcionadas para lidar com as problemáticas apresentadas pelas próprias comunidades, sendo possível observar as principais formas de resistência comunitária à proteção da saúde mental, como os rituais dessas comunidades, a conexão com a natureza e o território, a produção de alimentos saudáveis na comunidade, a coletividade e a parceria, os saberes ancestrais respeitados, o trabalho, a distância da cidade grande, o turismo comunitário e os encontros sociais.

A partir das rodas de conversa, foi possível observar também que as populações indígenas e quilombolas coordenam táticas coletivas relevantes para proteger suas comunidades contra iniquidades sociais da saúde. No entanto, essas táticas não são adequadamente consideradas pelas políticas públicas, que não admitem modos de vida não hegemônicos nos processos de cuidado em saúde mental.

4. Considerações finais

Este trabalho teve o intuito de abordar outras formas de se fazer pesquisa na área das Ciências Sociais, em específico na Sociologia, trazendo para o diálogo possibilidades inovadoras da utilização de metodologias dinâmicas e interdisciplinares que fogem das normativas clássicas e engendradas deste campo de estudo. Deste modo, se vislumbra a partir da pesquisa-ação participante, a potencialização da produção de sentidos.

Com isso, ao partilhar um caminho metodológico crítico em que Povos Indígenas e Quilombolas colaboram diretamente na tomada de decisão, bem como no delineamento e desenho da pesquisa, concebe-se estudos científicos realmente implicados com as realidades sociais e com os saberes ancestrais e coletivos que geram impactos significativos tanto na mudança de paradigma no campo epistemológico quanto na formulação de dados para o embasamento de políticas públicas, nas suas mais diversas áreas.

De igual modo, também cabe as/os Sociólogas/os e, demais Pesquisadoras/res, que ensejam adentrar na empreitada da pesquisa-ação participante, (re)pensar a justiça social para o contexto da pesquisa acadêmica, como também dar maior visibilidade a não-neutralidade do processo de

produção do conhecimento e difundir outras maneiras de se fazer pesquisa, que sejam mais afetadas, implicadas, éticas e responsáveis para com os grupos sociais que estão participando no desenvolvimento dessas investigações sociais.

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard Saul. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El Oficio de Sociólogo**: Presupuestos epistemológicos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Org.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2021.

CAMACHO, Thimotheo. Florestan Fernandes e as ciências sociais no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/832>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, p. 94-119, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/QC6rphm93gZgXmt6FSqWJys/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mai. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

FALS BORDA, Orlando. **Investigación participante**. Bogotá: Tercer Mundo, 1979.

FALS BORDA, Orlando. **Acción y conocimiento**: la investigación-acción en las ciencias sociales. Bogotá: CINEP, 1991.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Cap. 8. p. 140-212.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Pesquisa-ação e pesquisa participante. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. Cap. 11. p. 109-167.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORETTI, Cheron Zanini. Paulo Freire e as palavras geradoras de mundos e de pronúncia de novas realidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 163-164, maio/ago. 2010. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4288/2/FPF_PTPF_01_0937.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

MOURA JUNIOR, James Ferreira. **Saúde mental indígena e quilombola**: pesquisa detecção de agravos e fatores de proteção em saúde mental de populações indígenas e quilombolas do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022. Disponível em:

<https://coronavirus.ceara.gov.br/project/relatorio-de-pesquisa-saude-mental-indigena-e-quilombola/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, p. 384-411, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/WtDMmCV3jQB8mT6tmpnzKc/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PAVEZI, Ingrid Berns. Ampliando as possibilidades metodológicas de pesquisa: possíveis contribuições de “DECOLONIZING METHODOLOGIES” para o contexto brasileiro de produção do conhecimento. **Sociologias Plurais**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/viewFile/64756/37683>. Acesso em: 22 mai. 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 23 mai. 2023.

VIEIRA, Glicia; QUADROS, Ruy. A relação sujeito-objeto na pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT**, v. 7, n. 4, p. 759-774, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/AT/article/view/4975>. Acesso em: 01 jun. 2023.